



## REFORMA DO ESTATUTO DO ABRIGO FREI OTTO

### PREÂMBULO.

O **ABRIGO FREI OTTO**, fundada em 23/12/1979, com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Livro A1 sob o nº 66352 em 12/12/1986; e com última alteração estatutária pela Assembleia Geral realizada em 04/01/2004, e averbado sob o nº 25 no registro 66352 em 22/09/2004, com sede e foro nesta cidade de Belo Horizonte, na Rua Rui Barbosa, N° 299 – Bairro Santa Monica, CEP: 31525-130, inscrito no CNPJ sob o N° 22.442.156/0001-65, promove a alteração de seus atos constitutivos, por decisão de seus Associados, regendo-se doravante pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno, passando a vigorar, doravante, nos seguintes termos:

### CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Artigo 1º. O **ABRIGO FREI OTTO**, obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), é uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, para fins não econômicos, caritativa e de assistência social, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus membros.

Artigo 2º. O **ABRIGO FREI OTTO** por sua origem, natureza e formação no seio da SSVP no Brasil, está vinculada estatutariamente ao Conselho Central de Imaculada Conceição de Venda Nova da Sociedade de São Vicente de Paulo e ao Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo na forma do Regulamento da SSVP no Brasil.

Parágrafo único. Caberá, também, aos Conselhos Particulares e às Conferências da SSVP no Brasil da localidade onde está situado prestar-lhe auxílio no desempenho de suas atividades, sempre que solicitados.

Artigo 3º. O **ABRIGO FREI OTTO** tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente:

- I) Manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental;
- II) Proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental; e
- III) Administração dos imóveis, móveis, máquinas e veículos, equipamentos e materiais que lhes sejam destinados pela SSVP ou por terceiros.

Parágrafo único. O **ABRIGO FREI OTTO** prestará assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

Artigo 4º. No desenvolvimento de suas atividades o **ABRIGO FREI OTTO** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não se fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 5º. O **ABRIGO FREI OTTO** terá um Regimento Interno, elaborado pela Diretoria e homologado pelo Conselho Metropolitano da região, que disciplinará o seu funcionamento, critérios e normas a serem observados, inclusive quanto à aplicação do Regulamento da SSVP no Brasil e outros assuntos de seu interesse.

### CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS.

Artigo 6º. O **ABRIGO FREI OTTO** é organizado e constituído por um número limitado de Associados, denominados vicentinos, confrades e consócias que ingressaram voluntariamente na SSVP no Brasil, através de uma de suas Conferências e que estejam na condição de:

- I) Membros da diretoria do **ABRIGO FREI OTTO**, com direito a voto;
- II) Membros da diretoria do Conselho Central a que está vinculada, com direito a voto; e
- III) Presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central respectivo.





§ 1º. O ABRIGO FREI OTTO se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira aplicável, pelo Regimento Interno e, subsidiariamente, pelo Regulamento da SSVP no Brasil, registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelas Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Comunicados, Circulares e demais dispositivos que regem a SSVP no Brasil, emanadas do Conselho Nacional do Brasil.

§ 2º. A hierarquia da SSVP no Brasil é estabelecida na seguinte ordem:

- I) Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é nacional;
- II) Conselho Metropolitano, órgão representante do Conselho Nacional do Brasil, orientador e fiscalizador de âmbito regional;
- III) Conselho Central, órgão executivo com âmbito em áreas delimitadas;
- IV) Conselho Particular, órgão de união das Conferências com âmbito local;
- V) Conferências, grupos de vicentinos organizados em área de diferentes setores comunitários;
- VI) Obras Unidas, Unidades Vicentinas destinadas a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências; e
- VII) Unidades de Gestão de Recursos, detentoras de bens e recursos de quaisquer natureza e/ou espécie com a finalidade específica de utilização em benefício de outras Unidades Vicentinas indicadas em seus respectivos Estatutos Sociais."

§ 3º. O Conselho Nacional do Brasil da SSVP atua em todo território brasileiro e ocupa a hierarquia máxima; está, portanto, a serviço de todos os Conselhos Metropolitanos e, através destes, a serviço dos Conselhos Centrais, Particulares, Conferências, Obras Unidas e Especiais e Unidades de Gestão de Recursos.

Artigo 7º. São direitos dos Associados:

- I) Participar das Assembleias Gerais;
- II) Votar e ser votado para os cargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto Social;
- III) Apresentar sugestões para a Diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional do ABRIGO FREI OTTO e apontar qualquer ação ou omissão que venha ferir as normas estatutárias e regimentais; e
- IV) a qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de demissão, considerando-se como renúncia às funções estabelecidas no Artigo 9º deste Estatuto Social.

§ 1º: O exercício dos direitos constantes do "caput" deste Artigo e o cumprimento dos deveres pelos Associados serão regidos por este Estatuto Social e pelo Regulamento da SSVP no Brasil.

§ 2º: Os Associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos do ABRIGO FREI OTTO e da SSVP no Brasil, a qualquer título ou pretexto.

Artigo 8º. São deveres do Associado:

- I) Cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- II) Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembleias;
- III) Zelar pelo decoro, bom nome e funcionamento do ABRIGO FREI OTTO e da SSVP no Brasil; e
- IV) Prestar, como voluntário, colaboração vicentina no ABRIGO FREI OTTO, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações, benefícios ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

Artigo 9º. Deixará de ser Associado:

- I) Por vontade própria, quem assim o desejar;
- II) Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tornar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da SSVP no Brasil;
- III) Quem transgredir o estabelecido no Artigo 8º e seus Incisos;
- IV) Buscar fora do âmbito administrativo da SSVP a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil; e





Artigo 10 - A exclusão do Associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendado em Assembleia Geral.

§ 1º. Objetivando facultar-lhe ampla defesa o Associado poderá, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- I) Solicitar uma nova Assembleia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentado;
- II) Caso mantida a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil; e
- III) Sendo mantida, ainda, a decisão, recorrer ao Presidente do Conselho Geral da SSVP.

§ 2º. Igual procedimento será adotado no ABRIGO FREI OTTO., por sua Diretoria, que desejar apresentar possíveis recursos da decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11. Excluído do ABRIGO FREI OTTO por qualquer que seja o motivo, ou dela retirando-se, o Associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de Associado, nos termos do Artigo 36 – Inciso II.

Artigo 12. Os Associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações do ABRIGO FREI OTTO.

Parágrafo único. Os Associados que são membros da diretoria respondem solidariamente à SSVP no Brasil e perante terceiros prejudicados, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

### CAPITULO III – DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Artigo 13. O ABRIGO FREI OTTO é constituído dos seguintes órgãos:

- I) Assembleia Geral, órgão deliberativo;
- II) Diretoria, órgão administrativo; e
- III) Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

Artigo 14. A Assembleia Geral é constituída dos Associados que fazem parte da Diretoria do ABRIGO FREI OTTO com direito a voto, da Diretoria do Conselho Central e dos Presidentes dos Conselhos Particulares, e a ela compete:

- I) Eleger o administrador e o Conselho Fiscal, entendendo-se por administrador o Presidente;
- II) Aprovar a reforma do Estatuto Social, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano da região;
- III) Destituir o Presidente ou membros da diretoria;
- IV) Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;
- V) Decidir, em grau de recurso, a exclusão de Associado;
- VI) Decidir sobre a extinção do ABRIGO FREI OTTO, quando impossível a continuidade de suas atividades; e
- VII) Apreciar o Relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, após parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 15. A Assembleia Geral realizar-se-á anualmente, no primeiro trimestre, para os efeitos do Inciso VII do Artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16. A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I) Pela Diretoria;
- II) Pelo Conselho Fiscal;
- III) Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados;
- IV) Pelo Conselho Central;
- V) Pelo Conselho Metropolitano da região; e/ou
- VI) Pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP.

Artigo 17. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital, contendo data, horário, local e pauta, afixado na sede do ABRIGO FREI OTTO, e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem:



Artigo 10 - A exclusão de Atividade de Direção por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendada em Assembleia Geral;

§ 1º - O processo de exclusão de Direção por meio de procedimento administrativo, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Solicita uma nova Assembleia Geral para aprovar seu retorno de reconhecimentos por escrito e fundamentado;
- Caso mantida a decisão, recorre ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional de Justiça;
- Se não mantida, recorre ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º - Igual procedimento será adotado no ABRIGO FREL OTTO, por sua Diretoria, que deverá apresentar possíveis recursos de decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11 - Excluído do ABRIGO FREL OTTO por qualquer dos seguintes motivos, ou dela resultando, a Associação não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de associado, nos termos do Artigo 36 - Inciso II.

Artigo 12 - Os Associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contratuais do ABRIGO FREL OTTO.

Parágrafo único - Os Associados que não estiverem de acordo com o presente estatuto, poderão optar por não fazer e portanto não serão associados, por falta ou falta de desempenho de suas funções.

**CAPÍTULO III - DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Artigo 13 - O ABRIGO FREL OTTO terá como finalidade:

- Administrar o Conselho Nacional de Justiça;
- Organizar e administrar o Conselho Nacional de Justiça;
- Administrar o Conselho Nacional de Justiça.

Artigo 14 - A Assembleia Geral do ABRIGO FREL OTTO é o órgão máximo de direção e administração, e a ela compete:

- Eleger e administrar o Conselho Nacional de Justiça;
- Adotar o regimento do Conselho Nacional de Justiça;
- Destinar o Presidente ou membros da Diretoria;
- Destinar o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;
- Decidir em grau de recurso a exclusão de Associados;
- Decidir sobre a extinção do ABRIGO FREL OTTO, quando impossível a continuidade de suas atividades;
- Arrecatar o Relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades e Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo de Suprimento ou Déficit do Período, após parecer do Conselho Fiscal;

Artigo 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente, no primeiro trimestre, para os efeitos do inciso VII do Artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- Por sua Diretoria;
- Por seu Conselho Fiscal;
- Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados;
- Por seu Conselho Central;
- Por seu Conselho Administrativo de Justiça;
- Por seu Conselho Nacional de Justiça.



Artigo 17 - A convocação de Assembleia Geral para o mês de abril, contada data, horário local e pauta, será no sede do ABRIGO FREL OTTO, salvo quando por outro meio conveniente e todos Associados que a comparecerem.

*[Handwritten signature]*



- I) de regra geral, com antecedência de 8 (oito) dias; e
- II) com antecedência de 30 (trinta) dias, no caso de convocação de eleições.

§ 1º. Será instalada, em primeira convocação, com a totalidade dos Associados, com direito a voto, ou em 30 (trinta) minutos após, com qualquer número destes.

§ 2º. Será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por Associado designado por seus integrantes.

§ 3º. Nos casos de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos Associados presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 4º. Somente se deliberará sobre os assuntos específicos para as quais tenham sido convocadas.

§ 5º. As atas serão lavradas e aprovadas ao seu término e assinadas pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Secretário e por todos os Associados e visitantes presentes.

Artigo 18. O ABRIGO FREI OTTO será administrado por uma Diretoria constituída pelo Presidente e, no mínimo, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro.

§ 1º. O Presidente e Vice-Presidente deverão ser Associados (confrade ou consócia) com, no mínimo de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta.

§ 2º. A Diretoria cumprirá mandato de 2 (dois) anos, salvo interrupção por qualquer motivo, sendo admitida apenas uma reeleição consecutiva do Presidente.

§ 3º. Havendo membros da diretoria que não sejam vicentinos (confrade e consócia), os mesmos não terão direito a voto nas Assembleias Gerais.

§ 4º. Importará em abandono do cargo a falta injustificada de membros da diretoria a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas ao longo do respectivo mandato.

§ 5º. O membro de diretoria que for afastado por ausência prolongada, renúncia ou exclusão não poderá ser eleito nem designado para a Diretoria do mandato subsequente.

§ 6º. O Presidente do ABRIGO FREI OTTO e os demais membros da diretoria que forem Associados (confrade e consócia) não estão dispensados de suas obrigações junto às suas respectivas Conferências.

§ 7º. O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Diretoria, mas em número sempre inferior à soma dos membros da diretoria do Conselho Central e Presidentes de Conselhos Particulares.

§ 8º. Os membros da diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

Artigo 19. Compete à Diretoria, dentre seus direitos e deveres:

- I) Elaborar o Programa Anual de Atividades e executá-lo, de forma a cumprir com os objetivos estatutários do ABRIGO FREI OTTO.
- II) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, remetendo-os ao Conselho Central até o dia 31 (trinta e um) do mês de março de cada ano;
- III) Buscar junto à comunidade e instituições da sociedade civil os recursos necessários para sua subsistência;
- IV) Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V) Contratar empresa ou profissional com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para assessoria, cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento de pessoal e serviços correlatos, elaborados em livros revestidos de formalidades legais;



de acordo com o art. 10 (art. 10) no caso de convocação de eleições

§ 1º. São instaladas, em primeira convocação, com a maioria dos associados, com direito a voto, ou em 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de votos.

§ 2º. São presididos pelo Presidente do Distrito e em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por Associação designado por seus integrantes.

§ 3º. Nos casos de ausência do Presidente do Distrito ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como quando estiverem ausentes a maioria dos associados presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 dos convocados presentes.

§ 4º. Somente se deliberam sobre assuntos específicos para os quais tenham sido convocados.

§ 5º. As atas serão lavradas e aprovadas ao seu término e assinadas pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Secretário e por todos os associados e visitantes presentes.

Artigo 15. O ABRIGO FRETADO será administrado por uma Direção constituída pelo Presidente e um mínimo de 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro.

§ 1º. O Presidente e Vice-Presidente deverão ser associados (colônias ou condôminos) com, no mínimo de 2 (dois) anos de residência vicinária imediata.

§ 2º. A Direção exercerá mandato de 2 (dois) anos, sendo interrompido por qualquer motivo, sendo admitida apenas uma reeleição consecutiva.

§ 3º. Havendo membro de fora não associado em qualquer momento de sua gestão, não sendo possível a sua nomeação, os membros da Direção poderão ser substituídos por terceiros.

§ 4º. Importa em abandono de cargo a ausência do membro da Direção por mais de 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados.

§ 5º. O membro da Direção que for eleito para o mandato subsequente, quando não for eleito para o mesmo cargo, poderá ser eleito para o mandato subsequente.

§ 6º. O Presidente do ABRIGO FRETADO e os demais membros da Direção que forem associados (colônias e condôminos) não estão dispensados de suas obrigações junto às suas respectivas Condições.

§ 7º. O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Direção, mas em número sempre inferior à soma dos membros da Direção do Conselho Consultivo e Presidente do Conselho Fiscal.

§ 8º. Os membros da Direção são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e suas respectivas mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

Artigo 16. Compete à Direção, dentre suas direções e deveres:

- I) Elaborar o Programa Anual de Atividades e executá-lo, de forma a cumprir com as obrigações estabelecidas no ABRIGO FRETADO.
- II) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Suprimento ou Deficit do Fretado, remetendo-os ao Conselho Consultivo até o dia 31 (trinta e um) de maio de cada ano.
- III) Buscar junto à comunidade e instituições de sociedade civil os recursos necessários para sua subsistência.
- IV) Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- V) Constituir empresa ou profissional para prestação de serviços jurídicos junto ao Conselho Regional de Contabilidade para assegurar a contabilidade, o controle de despesas legais e execução dos serviços contábeis, departamento de serviços contábeis, elaboração em livros e registros de formatação legal.



Handwritten signature or scribble in the bottom left corner.



- VI) Exigir da empresa ou do profissional liberal referido no Inciso V os balancetes mensais e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, no final de cada exercício civil, devendo ser publicado até 31 de março, de acordo com as exigências legais;
- VII) Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Metropolitano da região, as campanhas que objetivem angariar fundos financeiros;
- VIII) Obter autorização prévia e expressa do Conselho Metropolitano da região para celebrar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;
- IX) Apresentar até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, ao Conselho Fiscal, toda a documentação relativa ao ano civil anterior, a saber: o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhados especialmente dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras e, também, o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
- X) Determinar a execução de construções e reformas de bens imóveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Metropolitano da região;
- XI) Apresentar e decidir matérias relacionadas à sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento da SSVF no Brasil;
- XII) Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Metropolitano da região do pedido de autorização para aquisição (compra, doação, legado e outros), alienação ou constituição de ônus sobre seus bens imóveis, instruindo-o com a cópia da ata da Reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imobiliárias existentes na região;
- XIII) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVF no Brasil;
- XIV) Elaborar e/ou alterar o Regimento Interno, encaminhando-o ao Conselho Metropolitano da região para homologação;
- XV) Zelar pelo patrimônio do ABRIGO FREI OTTO e tomar providências quando do conhecimento de que o patrimônio de alguma Unidade Vicentina que lhe esteja vinculada não está sendo bem administrado;
- XVI) a exigência do Inciso VI também se aplicará quando o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido, com exceção da publicação; e
- XVII) Nos casos em que o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido a obrigação prevista no Inciso IX, deverá ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do seu término.
- XVIII) Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normatização e Orientação do Conselho Metropolitano da região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas.;

Artigo 20. A Diretoria do ABRIGO FREI OTTO reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em local, dia e hora determinados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada.

Artigo 21. A Diretoria do ABRIGO FREI OTTO e seu Conselho Fiscal reconhecem e acatam o Regulamento da SSVF no Brasil, bem como as deliberações e determinações do Conselho Central, Metropolitano e Nacional do Brasil.

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I) Representar o ABRIGO FREI OTTO ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- III) Dirigir e orientar as atividades do ABRIGO FREI OTTO;
- IV) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Tesoureiro;
- V) Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- VI) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVF no Brasil;
- VII) Tomar as providências para atendimento do estabelecido no Artigo 19 – Inciso VIII;
- VIII) Solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que cheguem a seu conhecimento;



Exige da empresa ou do profissional liberal referido no inciso V os balancetes mensais e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, no final de cada exercício civil, devendo ser publicado até 31 de março, de acordo com as exigências legais;

Examinar antecedentemente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Municipal da Região, as campanhas que objetivem angariar fundos financeiros;

Outra autorização prévia e expressa do Conselho Municipal da Região para celebrar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;

Apresentar até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, ao Conselho Fiscal, toda a documentação relativa ao ano civil anterior, a saber: o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, juntamente com o Relatório das Atividades, comprovados especificamente nos anexos anexados das contas de movimento e aplicações financeiras e, também, o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;

Determinar a execução de contas e relatórios de bens móveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Municipal da Região;

Apresentar e decidir, mediante relatórios a sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento do SSVR no Brasil;

Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Municipal da Região do pedido de autorização para aquisição (compra, doação, legado e outros), alienação ou constituição de bens sobre seus bens móveis, instruído-o com a cópia da ata de Reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imobiliárias existentes na região;

Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regulamento Interno e o Regulamento do SSVR no Brasil;

Estabelecer e fazer cumprir o Regulamento Interno e o Regulamento do SSVR no Brasil, encaminhando-o ao Conselho Municipal da Região para homologação;

Zelar pelo patrimônio do Conselho Municipal da Região, não sendo permitida a utilização do mesmo para fins estranhos ao seu fim social, nem para a realização de despesas pessoais;

Atender a qualquer exigência do inciso VI deste Regulamento, devendo ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias de seu término;

Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central ou pelo Departamento de Normatização e Orientação do Conselho Municipal da Região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas;

Artigo 20. A Diretoria do ABRIGO FREI OTTO reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em local, dia e hora determinados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada;

Artigo 21. A Diretoria do ABRIGO FREI OTTO e seu Conselho Fiscal reconhecem e assinam o Regulamento do SSVR no Brasil, bem como as deliberações e determinações do Conselho Central Municipal e Nacional do Brasil;

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I) Representar o ABRIGO FREI OTTO ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- III) Dirigir e controlar as atividades do ABRIGO FREI OTTO;
- IV) Assinar cheques e outros documentos de natureza econômica-financeira, sempre em conjunto com o Tesoureiro;
- V) Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- VI) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regulamento Interno e o Regulamento do SSVR no Brasil;
- VII) Tomar as providências para encaminhamento de processos no Artigo 19 - inciso VIII;
- VIII) Solicitar, os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegam a seu conhecimento;



Handwritten signature in blue ink.

- IX) Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normatização e Orientação do Conselho Metropolitano da região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas; e
- X) Nomear os membros da Diretoria.

Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente:

- I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar as eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Artigo 30; e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Parágrafo único. Havendo mais de um Vice-Presidente são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões específicas e substituir o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 24. São atribuições do Primeiro Secretário:

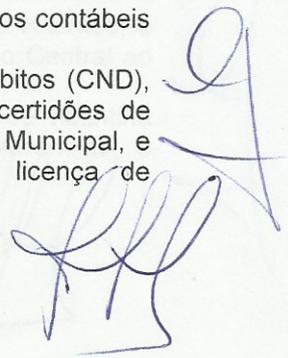
- I) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II) Ler a ata da reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, e divulgar todas as notícias das atividades;
- III) Verificar e atualizar o cadastro dos internos;
- IV) Atender à correspondência, dando ciência das recebidas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V) Elaborar os Relatórios das Atividades Anuais em conjunto com os demais membros da diretoria;
- VI) Preparar e manter em dia os fichários dos Associados e contribuintes;
- VII) Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VIII) Executar outros serviços solicitados pelo Presidente; e
- IX) assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta dos Vice-Presidentes, nos termos do Artigo 30.

Artigo 25. São atribuições do Segundo Secretário, se houver:

- I) Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar a sua colaboração na organização dos serviços da secretaria;
- II) Em caso de vacância, assumir o cargo de Primeiro Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Artigo 26. São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

- I) Arrecadar e anotar em livro de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e donativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração totalmente comprovada;
- II) Pagar as contas com o visto do Presidente;
- III) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Presidente;
- IV) Apresentar em todas as Reuniões da Diretoria o Relatório Financeiro do mês anterior, ou sempre que for solicitado pelos órgãos do ABRIGO FREI OTTO, do Conselho Central ou do Conselho Metropolitano da região;
- V) Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VI) Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
- VII) Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balancete devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;
- VIII) Providenciar no término do mandato da Diretoria: Certidões Negativas de Débitos (CND), com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao INSS, FGTS; certidões de imunidade ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis ao ABRIGO FREI OTTO; bem como alvará de licença de





(X) Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normalização e Orientação do Conselho Metropolitan de Região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas; e

Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente:  
I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;  
II) Assumir o mandato em caso de vacância e convocar as eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Artigo 30. e  
III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Parágrafo único. Havendo mais de um Vice-Presidente são suas substituições observadas a respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões especiais e substituir o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 24. São atribuições do Primeiro Secretário:

- I) Secretariar as reuniões do Conselho e as Assembleias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II) Ler a ata de reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, e divulgar todas as notícias das atividades;
- III) Verificar e atualizar o cadastro dos membros;
- IV) Atender a correspondência, dando ciência das respostas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente do Conselho;
- V) Elaborar os Relatórios de Atividades;
- VI) Preparar e manter em dia os livros de Atas e Atas de Reuniões;
- VII) Organizar e controlar os serviços administrativos;
- VIII) Executar outros serviços solicitados;
- IX) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância, nos termos do Artigo 30.



Artigo 25. São atribuições do Segundo Secretário, se houver:

- I) Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar sua colaboração na organização dos serviços do Secretariado;
- II) Em caso de vacância, assumir o cargo de Primeiro Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo;
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Artigo 26. São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

- I) Antecipar e zelar em favor de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e doações em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração totalmente comprovada;
- II) Pagar as contas com o visto do Presidente;
- III) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Presidente;
- IV) Apresentar em todas as Reuniões do Conselho o Relatório Financeiro de mês anterior, ou sempre que for solicitado pelos órgãos do ABRIGO FRET, OTTO, do Conselho Central ou do Conselho Metropolitan de Região;
- V) Providenciar, em tempo hábil, recolhimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VI) Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva o numerário e documentos relativos a liquidação, inclusive contas bancárias;
- VII) Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balanço devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado juntamente com os livros contábeis e auditoria e documentação contábil;
- VIII) Providenciar no prazo de 30 dias, após o término do mandato do Conselho Central, o Conselho de Contas, em favor do Município, do Estado ou da União, a prestação de contas de todos os recursos recebidos e aplicados, em favor do ABRIGO FRET, OTTO, bem como em favor de forças de

Handwritten signature in blue ink at the bottom left of the page.



- funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizados, conforme cada caso;
- IX) Depositar em estabelecimento bancário, em nome do ABRIGO FREI OTTO, todas as importâncias recebidas;
  - X) Entregar ao Conselho Central Imaculada Conceição de Venda Nova da SSVP o Mapa Financeiro Mensal, instituído pelo Conselho Nacional do Brasil, obedecendo as exigências contidas na Regra da SSVP;
  - XI) Manter em caixa, se necessário e por conveniência, para as despesas de pequeno valor, a importância de até 2 (dois) salários mínimos, da qual prestará conta à Diretoria mensalmente;
  - X) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do Artigo 30; e
  - XII) Executar outras tarefas do trabalho de Tesouraria ou solicitadas pelo Presidente.

Artigo 27. São atribuições do Segundo Tesoureiro, se houver:

- I) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro em caso de vacância, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Artigo 28. O Presidente e respectiva Diretoria firmarão, antes da posse, junto ao Conselho Central e o Conselho Metropolitano da região "Termo de Compromisso", que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVP no Brasil e o presente Estatuto Social, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa.

Parágrafo único. Os cargos de Diretoria devem ser considerados uma responsabilidade, não honraria.

#### **CAPITULO IV – DAS ELEIÇÕES.**

Artigo 29. O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pelos votos da maioria simples dos Associados integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - Inciso I, observando-se:

- I) Inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a Presidente;
- II) Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho Central, para apreciação prévia e aprovação;
- III) Os candidatos ao cargo de Presidente deverão ser confrades ou consócias com atividade vicentina ativa e ininterrupta de no mínimo de 2 (dois) anos, em uma Conferência, e não ter atingido os 70 (setenta) anos de idade;
- IV) O voto é pessoal e unitário, ainda que o eleitor exerça mais de uma função diretiva nos órgãos de administração da SSVP no Brasil;
- V) Cada eleitor terá direito de votar nos candidatos de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência, desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da Comissão de Apuração antes do encerramento da votação;
- VI) No prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento dos mandatos os candidatos aos cargos de Presidente e do Conselho Fiscal devem fazer os registros das candidaturas na Secretaria do ABRIGO FREI OTTO, apresentando "currículos de vida" individuais;
- VII) A convocação das eleições será feita por edital, afixado na sede do ABRIGO FREI OTTO, contendo data, horário e local e pauta, e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- VIII) As eleições deverão ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos e a realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;
- IX) As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes; e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Central ao qual está vinculado, para homologação;
- X) Em caso de empate será eleito Presidente quem tiver mais tempo de atividade vicentina ininterrupta na SSVP no Brasil como Associado em uma de suas Conferências; e persistindo o empate, será eleito o mais idoso;



- (X) Depoimento de Secretário de Saúde e Conselho de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e/ou outras entidades, conforme este caso;
- (X) Depoimento em estabelecimento bancário em nome de ABRIGO FRIJO OTTO, todas as informações necessárias;
- (X) Entidade do Conselho Central de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e/ou Conselho Nacional do Brasil, obedecendo as exigências contidas no Regimento do SSVF;
- (X) Mandar em carta, se necessário e por conveniente, para as despesas de postagem, a importância de até 2 (dois) salários mínimos, da qual pretares conta à Diretoria Mensalmente;
- (X) Assumir o mandato de Presidente, em caso de vacância e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do Artigo 30 e
- (X) Executar outras tarefas de natureza de Testamento ou similares pelo Presidente.

Artigo 31. São atribuições do Segundo Testamento as funções:

- (I) Substituir o Primeiro Testamento em suas ausências ou impedimentos temporários;
- (II) Assumir o mandato de Primeiro Testamento em caso de vacância, podendo não permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo;
- (III) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Testamento.

Artigo 32. O Presidente e respectivos Vice-Presidentes deverão antes de posse, junto ao Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, apresentar o "Termo de Assumir", que prevê o respectivo cumprimento e a respectiva prestação de contas, e o presente Estatuto Social, bem como os dados de natureza administrativa.



Artigo 33. O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:

- (I) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (II) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (III) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (IV) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (V) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (VI) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (VII) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (VIII) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (IX) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:
- (X) O Presidente e os membros do Conselho Central e Conselho Municipal de Registro, deverão observar as seguintes normas:



- XI) No período de 30 (trinta) dias que antecedem às eleições, os Associados são convidados a recitar a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem aos cargos;
- XII) A apuração ficará sob a responsabilidade de comissão composta de pelo menos 3 (três) Associados, nomeados pelo Presidente da Diretoria;
- XIII) As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes; e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Metropolitano, para homologação;
- XIV) Não havendo manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, ter-se-á como tácita a homologação;
- XV) O Conselho Central também pode recusar, fundamentadamente, a homologação das eleições, determinando a realização de novas, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social;
- XVI) Após comunicação por escrito do ato que anulou as eleições, haverá necessidade de novas inscrições de candidatos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da nova eleição;
- XVII) A Diretoria e o Conselho Fiscal tomarão posse em Reunião Ordinária ou Extraordinária por ato do Presidente ou Representante do Conselho Central;
- XVIII) As posses da nova Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser feitas em solenidade própria, mas somente entrarão em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término dos mandatos anteriores, salvo nos casos de interrupção por qualquer motivo; e
- XIX) Os empregados, embora possam ser vicentinos proclamados, não podem ser eleitos nem nomeados para cargos da diretoria e do Conselho Fiscal.

Artigo 30. Em caso de vacância da presidência por qualquer motivo haverá a interrupção dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 1º. Ocorrido esse fato o Vice-Presidente ou demais substitutos legais, assume o exercício da presidência e providencia a eleição para um novo mandato, no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2º. Consultado o Conselho Metropolitano da região e, a juízo do mesmo, esse prazo poderá ser prorrogado em até 180 (cento e oitenta) dias no interesse da SSVF.

Artigo 31. O Presidente deverá ser afastado pelo Conselho Central quando houver ausência prolongada, por período superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria que forem afastados por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderão ser eleitos nem designados para a Diretoria do mandato subsequente.

## **CAPITULO V – DO CONSELHO FISCAL.**

Artigo 32. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos Associados integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 – Inciso I, observando-se:

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, observado o Artigo 30 deste Estatuto Social.

§ 2º. Em caso de vacância, um suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

§ 3º. Estão impedidos de participar do Conselho Fiscal os Associados integrantes da Assembleia Geral, empregados e parentes de até o 3º grau ou cônjuges de membros da Diretoria.

Artigo 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração, exigir a apresentação dos documentos que julgar necessários e que digam respeito à administração econômico-financeira;
- II) Analisar os livros de escrituração, balançetes, Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, verificar o patrimônio social e toda documentação do exercício, opinando sobre o desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, para fins de apreciação; e
- III) Notificar a Diretoria a respeito de falhas e irregularidades que porventura constatar.

§ 1º. O parecer de que trata o Inciso II se dará em 30 (trinta) dias, por escrito, para apreciação da Assembleia Geral.



- XI) ... período de 30 (trinta) dias que antecedem as eleições, as Associações são convocadas para a reunião no Diário Oficial para que estejam presentes para votar e...
- XII) Associações nomeadas pelo Presidente da Direção...
- XIII) As eleições e a apuração deverão consistir de uma única sessão em sessão pública, e...
- XIV) Não havendo manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, far-se-á como se não houvesse manifestação.
- XV) O Conselho Fiscal poderá requerer, independentemente a homologação das eleições, o cancelamento a qualquer tempo, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social.
- XVI) Após comunicação por escrito de não haver as eleições, haverá necessidade de novas eleições de condôminos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de antecedência.
- XVII) A Direção e o Conselho Fiscal poderão, em Reunião Ordinária ou Extraordinária por ato de Presidente ou Representante do Conselho Fiscal.
- XVIII) As sessões de nova Direção e do Conselho Fiscal poderão ser feitas em solenidade pública, mas somente em sessão em sessão pública, no primeiro dia imediatamente posterior ao término das eleições anteriores, assim nos casos de interdição por qualquer motivo.
- XIX) Os empregados, embora possam ser membros propostos, não podem ser eleitos nem nomeados para cargos de direção e do Conselho Fiscal.

Artigo 30 - Em caso de vacância...

Artigo 31 - O Presidente deverá ser eleito pelo Conselho Fiscal quando houver ausência prolongada por período superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Os demais membros de direção que foram eleitos por ausência prolongada ou por renúncia, não poderão ser eleitos nem designados para a Direção do mandato subsequente.

**CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 32 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em reunião secreta, pela maioria simples dos associados integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - inciso I - deste Estatuto Social.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Direção observados o Artigo 30 deste Estatuto Social.

§ 2º - Em caso de vacância, um suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

§ 3º - Caberá repetidos de período do Conselho Fiscal as Associações integrantes da Assembleia Geral, empregados e parentes de até o 3º grau ou cônjuge de membros da Direção.

Artigo 33 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar a qualquer tempo os livros de escrituras, os livros e documentação dos documentos que julgar necessários e que digam respeito a administração econômico-financeira;
- II) Analisar os livros de escrituras, os livros de balanço, o balanço Anual e o Demonstrativo de Resultado do Exercício do Diretor do Partido, o balanço social e outros documentos do exercício, quando sobre o mesmo houver dúvida, e emitir parecer e pareceres opinativos necessários para fins de prestação de contas;
- III) Notificar a Direção e requerer a qualquer tempo a prestação de contas que estiverem devidas.

§ 1º - O parecer de que seja o caso II se dará em 30 (trinta) dias por escrito para aprovação da Assembleia Geral.

*[Handwritten signature and scribbles]*



§ 2º. Reunir-se-á, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, durante as primeiras quinzenas de março e setembro, em dia, local e hora previamente estabelecidos; e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 2/3 dos membros da diretoria do ABRIGO FREI OTTO.

§ 3º: As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas serão consideradas como abandono de cargo.

§ 4º: As reuniões extraordinárias de que dependam da apresentação de documentos pela Diretoria do ABRIGO FREI OTTO deve ser comunicado com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

## CAPÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS.

Artigo 34. O Patrimônio do ABRIGO FREI OTTO é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possua ou venha possuir.

Artigo 35. São fontes de recursos:

- I) Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e/ou jurídicas;
- II) Rendas de bens patrimoniais;
- III) Promoções e eventos;
- IV) Rendimentos de aplicações financeiras;
- V) Subvenções dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal;
- VI) Receitas provenientes de prestação de serviços;
- VII) Doações de Conselhos, Conferências e/ou outras Obras Unidas da SSVP no Brasil e exterior;
- VIII) Aluguéis;
- IX) Coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades; e
- X) Outras, especialmente atividades desenvolvidas com intenção especial de arrecadar recursos financeiros.

Artigo 36. O ABRIGO FREI OTTO declara e se compromete, sob as penas da lei:

- I) Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II) Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- III) Não perceberem os membros da diretoria, conselheiros, Associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- IV) Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere, preferencialmente vinculada à Sociedade de São Vicente de Paulo, dotada de personalidade jurídica regular, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, com sede e atividades preponderantes no Estado, preferencialmente no município de origem, inexistindo ambas as possibilidades a uma entidade pública, ouvido oficialmente o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP;
- V) Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros; e
- VI) Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

**Parágrafo único:** A dissolução ou extinção do ABRIGO FREI OTTO somente se efetivará se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, com aprovação da Assembleia Geral especialmente convocada e anuência do Conselho Metropolitano da região, após a respectiva liquidação nos termos do Artigo 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no Inciso IV.

Artigo 37. Todos os bens patrimoniais do ABRIGO FREI OTTO estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.



§ 3º As folhas instruídas de despesa, dentro do Conselho Fiscal e 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) sessões, serão consideradas como estando de cargo.

§ 4º As reuniões extraordinárias de que dependam de aprovação de documentos para Distrito do ABRIGO FREI OTTO deve ser convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

## CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

Artigo 34 - O Patrimônio do ABRIGO FREI OTTO é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possam ou venha passar.

Artigo 35 - São fontes de recursos:

- I - Doações, contribuições, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas;
- II - Rendas de bens patrimoniais;
- III - Projeções e eventuais;
- IV - Rendimentos de aplicações;
- V - Subvenções dos poderes públicos;
- VI - Rendimentos provenientes de negócios;
- VII - Doações de Consórcio;
- VIII - Arrendamentos;
- IX - Outras rendas e receitas em geral;
- X - Outras aplicações em geral;
- XI - Outras aplicações em geral.



Artigo 36 - O ABRIGO FREI OTTO possui e se compromete, sob as penas da lei:

- I - Adotar e usar todas as medidas necessárias para a manutenção e o desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II - Não distorcer, alterar, desvirtuar, beneficiar, prejudicar ou parcelar de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- III - Não perceber ou receber de ninguém de direito, conselheiros, associados, instituições, pessoas ou entidades, remuneração, vantagens ou benefícios diretos ou indiretos, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelas respectivas leis constituintes;
- IV - Prestar, em caso de desonra ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênera preferencialmente vinculada à Sociedade de São Vicente de Paulo, de acordo com o disposto no artigo 1º do Regulamento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social, com exceção de entidades integrantes do Estado, preferencialmente no município de origem, existindo entre as possibilidades a uma entidade pública, ouvida oficialmente pelo Conselho Municipal de São Vicente de Paulo;
- V - Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de classes e cores, dentro de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros;
- VI - Adotar as medidas necessárias para a preservação dos bens públicos em conformidade com a legislação aplicável.

Parágrafo único - A desonra ou extinção do ABRIGO FREI OTTO somente se efetivar se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidir pelo Distrito, com aprovação da Assembleia Geral, especialmente convocada e sob o patrocínio do Conselho Municipal de São Vicente de Paulo, nos termos do Artigo 1º do Código de Regulação de Atividades, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no inciso IV.

Artigo 37 - Todos os bens patrimoniais do ABRIGO FREI OTTO estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Distrito responde e se compromete a manter, sob as penas da lei, a sua guarda, conservação, administração e aplicação de seus recursos.



Artigo 38. Não se reconhece a validade de toda e qualquer alienação, aquisição a que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre bens imóveis do ABRIGO FREI OTTO realizada sem a prévia ciência do Conselho Central e a expressa autorização do Conselho Metropolitano da região, nos termos do Artigo 42 do Regulamento da SSVp no Brasil.

§ 1º. Na transcrição do registro imobiliário deverá constar o impedimento de alienação sem autorização prévia do Conselho Metropolitano da Região, nos termos do "caput".

§ 2º. O não atendimento ao disposto neste Artigo implica em violação ao Artigo 1.268 e seus Parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

§ 3º. Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve ser mantido rigorosamente atualizado.

§ 4º. Os veículos e os bens imóveis, especialmente, deverão ser identificados pelo logotipo oficial da SSVp, podendo este ser adaptado com o nome da Unidade Vicentina proprietária.

### CAPÍTULO VII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Artigo 39. A prestação de contas observará, no mínimo:

- I) Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao Relatório de Atividades e demonstrações financeiras, incluindo as Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III) A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação; e
- IV) de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre.

Artigo 40. Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis devendo ser feita em livros revestidos de formalidades legais, ser publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais.

Parágrafo único: Quando o término do mandato da Diretoria não coincidir com o do ano civil deverá ser providenciado balanço extraordinário, cumprindo-se o estabelecido para os balanços ordinários, especificamente quanto aos prazos e demais obrigações previstas neste Estatuto Social.

Artigo 41. Os membros da diretoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas, salvo aquelas provenientes de ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto Social e causarem prejuízo ao próprio ABRIGO FREI OTTO ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações civis e criminais de seus atos.

### CAPÍTULO VIII – DO VOLUNTARIADO.

Artigo 42. O ABRIGO FREI OTTO poderá organizar o trabalho voluntário de não-associados à SSVp no Brasil, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º: O trabalho voluntário será disciplinado no Regimento Interno, devendo o Voluntário firmar o competente "Contrato de Trabalho Voluntário" e/ou "Termo de Voluntário", na forma da lei.

§ 2º: Os voluntários não-associados à SSVp no Brasil serão inscritos em livro e/ou listas competentes.

§ 3º: A organização desse trabalho dependerá de orientações do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVp.

### CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artigo 43. O ABRIGO FREI OTTO poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.



Artigo 38. Não se reconhece a validade de atos e quaisquer alienações, aquisições e que tenham por  
genêris, com o intuito de constituição de qualquer bens imóveis do ABRIGO FREI OTTO  
realizada sem a prévia ciência do Conselho Central e a expressa autorização do Conselho Municipal de  
região, nos termos do Artigo 42 da Regulação de SSVF no Brasil.

§ 1º. Na transação de bens imóveis, o interessado deverá constar o impedimento de alienação sem  
autorização prévia do Conselho Municipal de Meio Ambiente da região, nos termos do "caput".

§ 2º. O não atendimento ao disposto neste Artigo implica em violação ao Artigo 1.258 e seus  
Parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal  
Brasileiro.

§ 3º. Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve  
ser mantido rigorosamente atualizado.

§ 4º. Os veículos e os bens imóveis, especialmente, deverão ser identificados pelo órgão oficial  
do SSVF, podendo este ser substituído com o nome da Unidade Vicinal proprietária.

### CAPÍTULO VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 39. A prestação de contas observará, no mínimo:

- (i) Os princípios fundamentais;
- (ii) A publicidade, por qualquer meio, das atividades e demonstrações;
- (iii) A realização de auditoria independente;
- (iv) de todas as transações, bens ou valores.



Artigo 40. Para efeito de encaminhamento  
Superior ou Diretor do Período observar-se-á o que  
deverão ser feitas em livros revistos de forma regular, ser produzidos nos prazos previstos, de  
concordância com as exigências legais.

Parágrafo único. Quando o término do mandato do Diretor não coincidir com o do ano civil deverá  
ser providenciado balanço extraordinário, cumprindo-se o estabelecido para os balanços ordinários,  
especificamente quanto aos prazos e demais obrigações previstas neste Estatuto Social.

Artigo 41. Os membros do Conselho não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas  
obrigações assumidas salvo aquelas provenientes de ação omissiva voluntária, negligência ou  
imprudência, que implicarem violação de direito legítimo estabelecido ou disposição prevista neste  
Estatuto Social e que sejam puníveis no âmbito do ABRIGO FREI OTTO ou a terceiros, independentemente de  
responsáveis perante o Conselho e perante os demais com as implicações civis e criminais de seus atos.

### CAPÍTULO VIII - DO VOLUNTARIADO

Artigo 42. O ABRIGO FREI OTTO poderá organizar e trabalhar voluntário de não-associação à  
SSVF, no Brasil, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º. O trabalho voluntário será disciplinado no Regulamento Interno, devendo o Voluntário firmar o  
compromisso "Carta de Trabalho Voluntário" ou "Termo de Voluntário", na forma da Lei.

§ 2º. Os voluntários não-associação à SSVF, no Brasil, serão inscritos em livro ou livros  
competentes.

§ 3º. A organização desse trabalho dependerá de pareceres do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
da SSVF.

### CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 43. O ABRIGO FREI OTTO poderá firmar parcerias com entidades assistenciais, públicas ou  
privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Handwritten signature and scribbles in the bottom left corner of the page.



Parágrafo único: Em se tratando de firmar Convênios e Contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a autorização prévia do Conselho Metropolitano da região, após parecer do Departamento Normatização e Orientação (DENOR).

Artigo 44. O ABRIGO FREI OTTO não é mantido pelo Conselho Central de Imaculada Conceição de Venda Nova da SSVP, pelo Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP, tendo todos personalidades jurídicas e Diretorias próprias, recursos distintos e escritas contábeis independentes.

Artigo 45. Desde que não contrarie a finalidade principal do ABRIGO FREI OTTO e o Regulamento da SSVP no Brasil, esse Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento.

Parágrafo único. A proposta, devidamente fundamentada, somente poderá ser feita por sua Diretoria, pelo Conselho Central Imaculada Conceição de Venda Nova da SSVP, pelo Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP, nos termos do § 3º do Artigo 17 deste Estatuto Social.

Artigo 46. O Conselho Nacional do Brasil da SSVP, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas Unidades Vicentinas descritas no Artigo 6º, § 2º, a qualquer tempo.

§ 1º. O ABRIGO FREI OTTO, no desenvolvimento de suas atividades, submeter-se-á à orientação e fiscalização do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP, através de seu DENOR – Departamento de Normatização e Orientação.

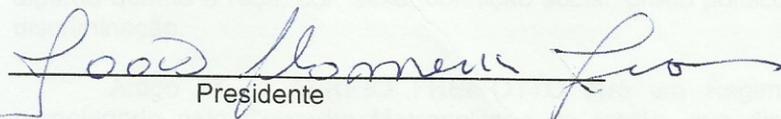
§ 2º. Se não houver instalado o DENOR do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP ou não estiver em funcionamento regular, suas funções poderão ser suscitadas pelo DENOR do Conselho Nacional do Brasil, no interesse da SSVP.

Artigo 47. Não poderá se admitir empregados com parentesco de até o 3º grau ou cônjuges de membros da diretoria.

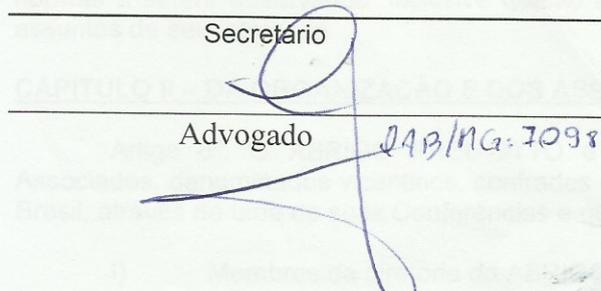
Artigo 48. Os casos omissos neste Estatuto Social e no Regimento Interno, bem como sua interpretação, serão resolvidos pela Diretoria e referendados, se necessário, pela Assembleia Geral e Conselho Metropolitano da região.

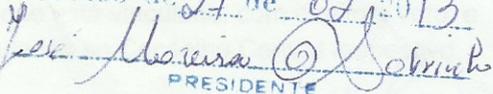
Artigo 49. O presente Estatuto, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15/12/2012, revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2012

  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Secretário

  
Advogado *DAB/NG. 70985*

Este estatuto foi homologado  
pelo Conselho Metropolitano de  
Belo Horizonte da S.S.V.P. em  
Reunião de 27 de 02, 2013.  
  
PRESIDENTE



**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3176  
 www.cartoriopessoasjuridicas.com.br - cartrcpj@uai.com.br

**ABRIGO FREI OTTO**

AVERBADO(A) sob o nº 52, no registro 66352, no Livro A, em 09/05/2013

Belo Horizonte, 09/05/2013. Oficial: José Nadi Neri  
 Escrevente: Eden Silva Pinto De Carvalho

Emol: (6412-1) R\$ 69.92 TFJ: R\$ 25.20 Rec: R\$ 4.19 - Total: R\$ 99.31  
 (8101-8) R\$ 45.76 TFJ: R\$ 15.29 Rec: R\$ 2.75 - Total: R\$ 63.80  
 (6201-8) R\$ 2.26 TFJ: R\$ 0.74 Rec: R\$ 0.13 - Total: R\$ 3.07



*[Handwritten signature]*

\_\_\_\_\_  
 Advogado

*[Faint handwritten text and stamp]*